ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL CEARENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Rosalina Rocha Araújo Moraes (UECE)
Sofia Lerche Vieira (UECE)

Primeiras palavras: desvelando a proposta

Esta comunicação apresenta resultados de investigação desenvolvida no âmbito do Mestrado Acadêmico em Educação (CMAE). Inserido na perspectiva da pesquisa histórica, entendida, neste caso, como toda e qualquer abordagem do passado, toma como objeto de estudo, o fenômeno educacional, buscando compreender, de forma específica, como se organiza o ensino primário cearenses no início do século XX. Com isto vislumbramos contribuir para o avanço dos estudos no campo da Historia da Educação local bem como possibilitar aos interessados no assunto uma aproximação com esse contexto e a compreensão dos modos de organização da instrução pública cearense no alvorecer do século XX.

Como em qualquer outro tipo de pesquisa científica, investigar essa temática demandou, entre outras coisas, fazer a delimitação espaço-temporal. O recorte geográfico, neste caso, incidiu sobre o estado do Ceará e a delimitação temporal sobre as duas primeiras décadas do século XX. A periodização é assunto de diversas discussões no campo da História da Educação. Conforme ressalta Saviani (2005, p. 7):

> [...] a periodização, a par de ser uma exigência inerente à investigação histórica, é um dos problemas mais controvertidos da historiografia, já que não se trata de um dado empírico, mas de uma questão teórica que o historiador enfrenta ao organizar os dados que lhe permitem explicar o fenômeno investigado.

O autor questiona os critérios tomados para definir os recortes temporais. No caso da pesquisa em História da Educação verificam-se dois momentos distintos. Na primeira fase "[...] o critério de periodização adotado predominantemente tendeu a se guiar pelo parâmetro político caracterizando-se, pois, como um critério externo ao objeto estudado, isto é, a

educação" (ibidem). Foi esse o modelo de pesquisa histórica adotado pelo Positivismo e pelo Marxismo. "Num segundo momento, que ainda está em curso, desenvolve-se uma tendência a se buscar uma periodização centrada não nos aspectos externos, mas naqueles internos ao processo educativo" (ibidem). Há, portanto, a revisão dos parâmetros definidores da periodização na historiografia contemporânea, pautada em critérios inerentes ao objeto investigado. Neste sentido, embora o estudo em foco recaia sobre as duas primeiras décadas do século XX, tomamos como marcos definidores de seus limites temporais os anos de 1905 e 1922. Estas datas correspondem, respectivamente, à primeira grande reforma do ensino realizada no Ceará no século XX, legitimada por meio da aprovação do Regulamento da Instrução Pública de 1905; e, à da implantação da *Reforma Lourenço Filho* em 1922, considerada a maior reforma educacional já ocorrida em toda a História educacional cearense.

Não menos importante que definir onde e que período pesquisar, é decidir previamente os parâmetros do processo metodológico. De acordo com Oliveira, (2005, p. 2-3) "o trabalho de pesquisa requer um modo de abordar a realidade, ou seja, um método, orientador e revelador das nossas ações e da nossa organização do trabalho investigativo". Neste caso, a iniciativa se ancora na Pesquisa Documental com fontes primárias. Pimentel (2001, p. 191-2) esclarece que "dependendo do objetivo da pesquisa, a análise de documentos pode se caracterizar como instrumento complementar ou ser o *principal meio de concretização do estudo, como é o caso da investigação historiográfica [...]"* (grifos nossos). Para o historiador a Pesquisa Documental constitui o Método segundo o qual se realizam o mapeamento, o inventário, a coleta e a organização de fontes de pesquisa para em seguida extrair dali as informações necessárias à compreensão de dado objeto de estudo. No nosso caso, os procedimentos de mapeamento, inventário e coleta das fontes aconteceram em trabalho de campo realizado nos arquivos públicos de Fortaleza, identificados no quadro 01.

IDENTIFICAÇÃO ARQUIVO	*FONTES COLETADAS*
Biblioteca Publica Governador Menezes Pimentel – *BPGMP*	Mensagens governamentais; Relatórios Documentos escolares Legislação
Academia Cearense de Letras – ACL	Revistas do Instituto de Educação Regimento Interno da Escola Normal
Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC	Documentos escolares Relatórios Mensagens Correspondência oficial
Núcleo de Estudos, Documentação e difusão em Educação – NEED	Legislação Mensagens governamentais
Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico – I.C.	Revistas do Instituto Histórico do Ceará
Biblioteca Des. Jaime de Alencar Araripe do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJ	Legislação
Biblioteca da Faculdade de Direito da UFC	Legislação

Quadro 01: identificação dos acervos onde a pesquisa foi realizada e do tipo de fonte coletada
Elaboração das autoras

De início fizemos visitas de reconhecimento não só nestes, mas em outros locais como: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral – TRE, Biblioteca da SEDUC, Biblioteca César Cals de Oliveira da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – AL, etc. Nessas visitas procedemos à sondagem das condições de trabalho e de acesso às fontes bem como do tipo de material ali disponível. Com base na análise das informações colhidas, selecionamos os arquivos constantes do quadro 01 por apresentarem melhores condições de acesso e a possibilidades de uma coleta mais significativa. Na fase de coleta foram feitas uma média de duas visitas na maioria dos arquivos. Em três deles, porém, devido ao grande volume de documentos, a pesquisa foi mais delongada, consumindo de uma e meia a duas semanas de trabalho em cada um. O trabalho de campo resultou em um *corpus* documental denso organizado em cinco grupos de fontes perfazendo 336 exemplares, conforme sintetiza a tabela 01.

Tabela 01
Síntese das fontes analisadas

GRUPO	*SUBTOTAL*
Legislação	164
Documentos Governamentais	58
Correspondêcia Oficial	43
Documentos Escolares	35
Periódicos	36
TOTAL	**336**

Fonte: Elaboração das autoras

A partir da análise desse conjunto diversificado de fontes, buscamos, em um movimento de retorno ao passado, trazer à luz aspectos da organização do ensino e do magistério nas décadas iniciais do século XX. Para Del Priore (2000, p. 15) o resgate desse passado requer "[...] primeiramente, dar voz aos documentos históricos, perquirindo-os nas suas menores marcas, exumando-os nas suas informações mais concretas ou mais modestas, iluminando as lembranças mais apagadas".

É nesta perspectiva, de "ouvir" o que nos tem a dizer, fontes do passado, que nos colocamos o desafio de desvelar aspectos organizacionais da educação e da docência no período investigado. Isto, porém requer pensar sobre questões diversas como direito à educação, expansão do ensino, preparação dos professores, condições de trabalho, entre outras. São aspectos distintos que, por certo, não podem ser esgotados em um único trabalho. Neste sentido, embora o estudo faça uma abordagem global do processo organizacional, algumas questões foram emergindo com maior destaque e despertando maior interesse de nossa parte. Em um exercício de síntese, podemos assim defini-las: qual a responsabilidade do estado em relação à oferta de educação? Como se constitui o sistema estadual de ensino? Qual o lugar ocupado pelo ensino primário na ordem de prioridades do contexto educacional cearense?

Responder a tais questões não é um exercício linear, tampouco são simples, acabadas ou definitivas tais respostas. Nossa análise, portanto, não se propõe a apresentar respostas acabadas para cada um destes questionamentos. Buscamos, nas páginas que se

seguem, estabelecer discussão que ofereça subsídios a um entendimento da organização do ensino e do magistério no Ceará, bem como a reflexão sobre o lugar social ocupado pela instrução nesse período e nesse contexto.

Organização do ensino no Ceará

No período que abrange o final do século XIX e início do século XX o Ceará, refletindo uma característica do contexto nacional, passa por uma série mudanças que visavam, em última análise, a adequação ao novo sistema, o republicano. Os ideais republicanos, a crença em uma onda desenvolvimentista, entre outras idéias inovadoras impulsionam as discussões acerca da organização ou reorganização dos diversos setores sociais.

Nesse cenário, a instrução, tem, direcionado para si, um dos mais fortes holofotes. A educação é concebida como um remédio eficaz para as mazelas sociais. Entendida como o canal quase que exclusivo de passagem de uma sociedade arcaica a um mundo desenvolvido. Instruir o povo é, portanto o grande desafio do século nascente. Na concepção de Carneiro Leão (1919, p. 30), um contemporâneo da época, há nesse momento "[...] um evidente acordar de attenção pela educação popular, o mais palpitante problema nacional". Diante disso a organização escolar impõe-se, senão como o mais importante, é certo que como o primeiro impasse a ser resolvido no campo da educação. A tônica é de que, para atingir o objetivo de instruir toda uma nação é necessário, antes, promover a organização do setor. Acredita-se que é na organização do ensino que reside o êxito do progresso, da evolução do país (ibibidem, p. 23). Esta concepção é fortalecida por Nagle (2001, p. 165) ao afirmar que "diante das modificações setoriais, da efervescência ideológica e dos movimentos político-sociais, a escolarização foi percebida como um instrumento de correção do processo evolutivo e como uma força propulsora do progresso da sociedade brasileira". A instrução, sobretudo a primária funciona como uma espécie de panacéia social. Diante disso, busca-se, de forma insistente a

ISBN: 978-85-7862-138-4

organização do sistema de instrução pública, considerada requisito básico para a conquista de uma educação de qualidade.

A educação escolar cearense dos primeiros anos do século XX é, assim como tudo o que ali reside, um misto de arcaico e moderno. O arcaico está impregnado na dimensão do real, do concreto, ao passo que o moderno permeia as ideias e propostas elaboradas. Assim sendo, o ensino subsiste com características organizacionais obsoletas, legado do período imperial, porém, tenta dar os primeiros passos rumo à criação de um sistema de ensino mais moderno.

Responsável legalmente pelo ensino fundamental e pela formação de professores, atribuição que lhe confere a constituição oitocentista de 1892, na prática o Ceará acaba por ofertar também, o ensino normal, secundário e superior no âmbito de seu território. A figura 01 traça um retrato do ensino cearense no início dos anos novecentos considerando as dimensões, pública e privada da educação.

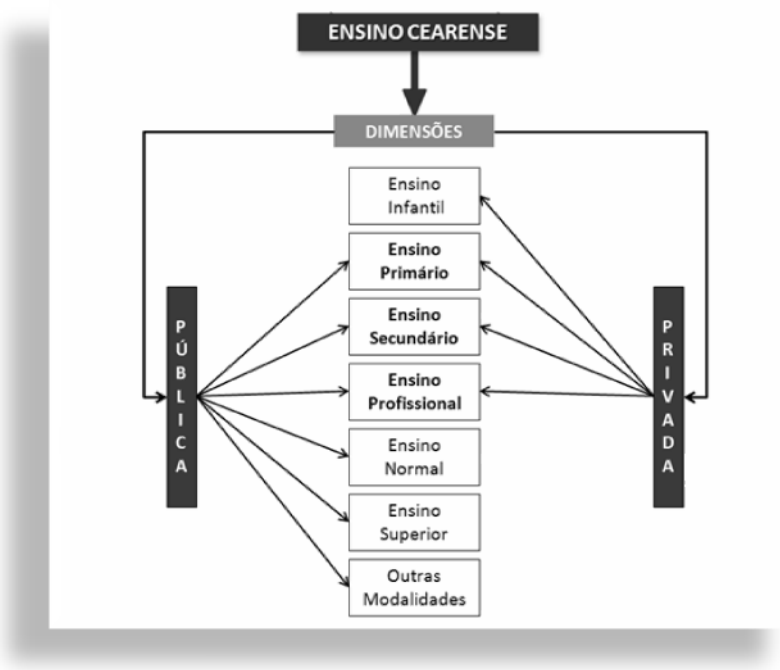


Figura 01: Esquema gráfico da organização do ensino cearense no início do século XX
Fonte: Elaboração das autoras

Conforme se observa na figura acima, no Ceará a pesquisa identificou a atuação do setor privado no atendimento às crianças, ensino fundamental, ensino secundário e ensino profissional. O setor público, por sua vez atua em todos os níveis e modalidades de ensino, com exceção do ensino infantil.

Se em termos gerais a organização do ensino cearense parece complexa, à medida que aproximamos o foco percebemos a intensificação dessa característica. Quando olhando apenas para a dimensão pública da educação temos um desenho ainda mais emaranhado. Com base na legislação então vigente e em outras fontes do período, apresentamos, no diagrama a seguir, o quadro organizacional da Instrução Pública no Ceará no início do século XX.

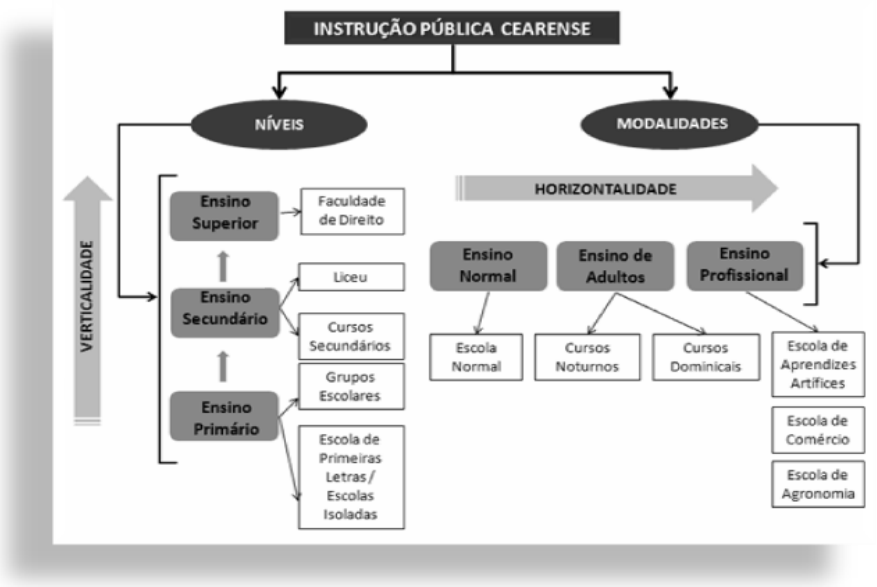


Figura 02: Esquema gráfico da organização do sistema de ensino público cearense
Fonte: Elaboração das autoras

A instrução pública cearense se apresenta organizada em níveis e modalidades[1] de educação escolar. Conforme mostra a figura 01, correspondem aos níveis: ensino primário,

[1]Diante da ausência de uma clara definição da organização educacional no período nos apropriamos dos termos contemporâneos: Níveis e Modalidades, para identificar os diferentes "tipos" de ensino.

ensino secundário e ensino superior e às modalidades: ensino normal, ensino profissional e ensino de adultos. Ainda, de acordo com a figura observa-se que os níveis possuem organização vertical. O indivíduo vai atingindo graus cada vez mais altos através de um processo de ascensão onde a etapa posterior está sempre subordinada à anterior. Diferente disso, as modalidades podem ocorrer antes, depois ou até durante o curso de um dos níveis de ensino. No caso do ensino normal, a conclusão do ensino primário é condição necessária para cursá-lo. Isto não faz desse ensino um nível. As modalidades são formas peculiares de ensino que surgem para atender a demandas e públicos específicos. Distinguem-se, portanto, do ensino básico e regular, cujo objetivo é proporcionar uma formação geral ao indivíduo em idade própria. Há, neste caso, a identificação de três tipos de modalidades conforme mostra a figura: ensino normal, ensino de adultos e ensino profissional. Sua organização segue um sentido horizontal onde estas não possuem relação ou dependência entre si.

Como pode ser percebido em um contexto onde a oferta do ensino primário apresenta-se como um difícil desafio a ser vencido, o estado do Ceará mantém um sistema educacional diversificado onerando os cofres públicos e dificultando, cada vez mais o cumprimento da sua responsabilidade legal, qual seja, ensino primário e normal.

Entre os diferentes tipos de oferta de educação no Ceará do início do século XX cabe destacar a de ensino secundário, nas cadeiras de humanidades e no Liceu; e a de ensino superior, na Faculdade Livre de Direito. Essas duas instituições, privilegiadas no que diz respeito aos aspectos estruturais, financeiros, humanos, entre outros acabavam por sobrecarregar o estado interferindo no desenvolvimento e oferta do ensino primário.

O ensino primário cearense reflete as contradições de uma sociedade que constrói sua identidade sobre bases tradicionais, tentando, todavia, adicionar elementos do novo, do moderno. Organizado em cinco anos, o curso primário é graduado e seriado, possuindo dois graus e cinco classes. Entre as contradições que se percebe a primeira se expressa no princípio da obrigatoriedade deste nível de ensino.

De acordo com a norma legal, o ensino primário só é obrigatório "em determinada área e na fórma prescripta por este Regulamento" (CEARÁ, Regulamento da Instrução Primária, 1905, art. 3°). Para compreender o que isso significa faz-se necessária avançar alguns artigos do documento onde se encontra a orientação de que "o ensino primario é obrigatorio para os meninos de 7 a 14 anos e para as meninas de 7 a 12" (idem, art. 104). O mesmo artigo ressalta que tal orientação só deve ser aplicada aos "que residem nas cidades e até onde chegar o pagamento da decima urbana e dahi num raio de um e meio kilometro a partir da escola de meninos e de um kilometro da de meninas" (ibidem, § Único). Também são isentos dessa obrigação os portadores de deficiência, seja ela física ou mental; os alunos de escola particular; e, os que se encontrem recebendo instrução no âmbito familiar (idem, art. 105). Embora o texto ressalte a necessidade dessas exceções serem comprovadas (ibidem, § único), não é equívoco afirmar que embora represente um avanço, o princípio da obrigatoriedade é ainda bastante incipiente. Tal posicionamento se justifica pela constatação de que a legislação abre muitas exceções e encara a garantia da obrigatoriedade como atribuição da família e não do Estado.

Em relação a oferta do ensino fundamental pode-se dizer que os caminhos percorridos são sinuosos. Segundo as orientações vigentes esta se efetivará: "1º Nas escolas primarias mantidas pelo Estado; 2º Na escola de applicação annexa á Escola Normal; 3º Nas escolas primarias mantidas pelas municipalidades; 4º Nas escolas noturnas e dominicaes; 5º Nas escolas particulares" (idem, art. 1°). São, portanto, múltiplas as formas e dimensões de organização desse nível de ensino. Tem-se, somente na esfera pública a existência de cinco tipos de instituições de ensino primário. As escolas primárias recebem classificações diferentes como se verifica na figura 03.

ISBN: 978-85-7862-138-4

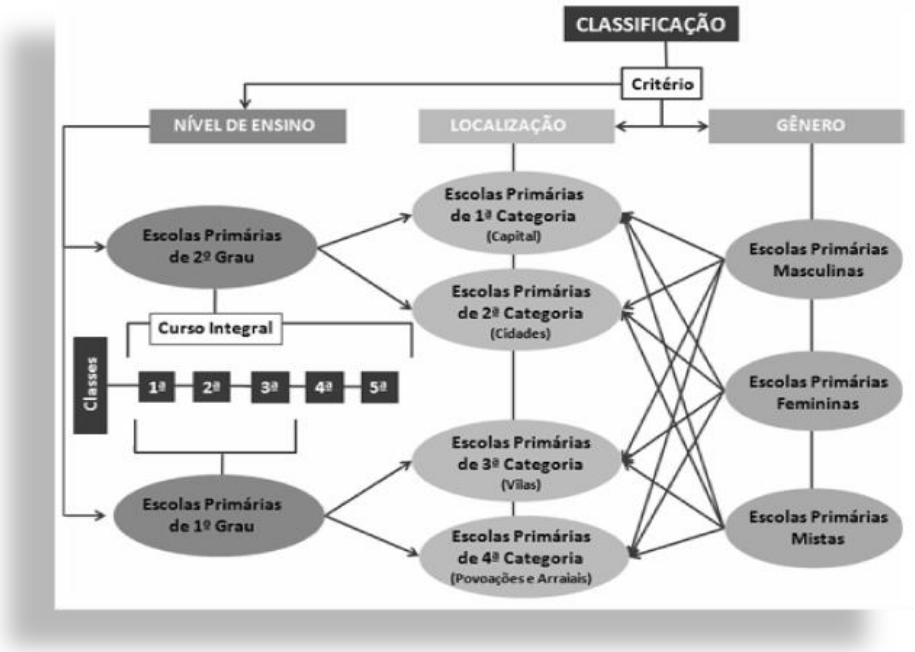


Figura 03: Representação gráfica da classificação das Escolas Primárias Cearenses
Fonte: Elaboração das autoras

Conforme demonstrado no diagrama, as escolas podem ser classificadas a partir de diferentes aspectos. A começar pela localização estas são categorizadas em primeira, segunda, terceira e quarta categorias, que correspondem respectivamente às escolas: da capital; das cidades; das vilas; e das povoações (CEARÁ, Regulamento, 1881, art. 26). A reforma do ensino, ocorrida em 1905, não altera essa classificação, apenas acrescenta que da quarta categoria passam a fazer parte também as escolas de arraiais (CEARÁ, Regulamento, 1905, art. 12).

Outro critério de classificação diz respeito ao público atendido. De acordo com a última fonte citada, “as escolas publicas do Estado serão especiais para cada sexo e mixtas” (ibidem, art. 5) sendo estas últimas e as do sexo feminino “[...] exclusivamente regidas por senhoras” (ibidem, art. 6). As escolas destinadas a atender o público masculino comportam a regência de professores de ambos os sexos. A ideia de mulheres educando meninos, todavia, ao que parece não é bem aceita e, embora aconteça, essa prática é bastante criticada pelo Poder Público.

Além da classificação por sexo e por localização, as escolas são identificadas pelo grau de ensino que ofertam. Como vimos no tópico anterior, o ensino primário é dividido em dois graus e cada um desses "cursos" é ofertado em uma escola específica. Assim, estabelece a legislação educacional cearense: "segundo a extensão dada ao ensino, as escolas publicas do Estado serão de 1º e 2º grão" (ibidem, art. 19). Constituem escolas de primeiro grau as instituições isoladas de terceira e quarta categorias e de segundo grau as de primeira e segunda (ibidem, arts. 20 e 21). Nas escolas de primeiro grau, portanto, funcionam as três primeiras séries do ensino primário, que constituem o curso primário de primeiro grau. As escolas de segundo grau possuem o curso primário integral que abrange as cinco séries do ensino primário.

Cabe destacar que essa é a classificação dada às escolas isoladas de ensino primário. Além dessas, surgem, no Ceará, a partir de meados da década de 1900, os Grupos Escolares, uma nova forma de organização escolar à qual o Regulamento de 1905 destina um capítulo específico.

Nesse período os grupos escolares despontavam no estado como o que havia de mais moderno em termos de instituição pública de ensino primário. Na concepção de Bencosta (2005, p. 100) trata-se de "[...] um novo modelo de organização administrativo pedagógica da escola primária". De estrutura física privilegiada em relação aos outros tipos de escolas primárias os grupos escolares eram vistos pela sociedade da época como "templos da civilização" (SOUZA, 1998).

Os grupos escolares representavam a promessa de uma escola primária ideal. Segundo Saviani (2004) esse modelo de instituição foi uma tentativa de superação do modelo de organização predominante na época, qual seja, as classes ou escolas isoladas, espaços onde prevalecia o improviso e criatividade do professor. Essas escolas, em geral eram improvisadas em um cômodo da própria casa do professor que recebia do governo uma ajuda para as despesas.

Diferente das escolas isoladas que funcionam em *casas-escolas*, sem estrutura física ou material adequadas, os grupos escolares, embora em número bem inferior, gozavam

de prestígios e regalias inatingíveis àquelas. Com uma estrutura organizacional baseada na junção de 5 (cinco) escolas em um mesmo prédio, a primeira grande diferença desse modelo de instituição diz respeito à estrutura física, ou seja, aos prédios escolares, visto que aos grupos eram destinados os melhores sobrados e palacetes da cidade contrastando com a dura realidade das *casas-escolas*.

A implantação do primeiro grupo escolar cearense se dá em 1907, durante o governo de Nogueira Accioly. O diálogo com as fontes evidenciam um interesse constante desse governante em implantar o sistema de agrupamento das escolas primárias, seguindo um caminho de sucesso já trilhado por estados como São Paulo e Rio de Janeiro, referências educacionais no País.

A inauguração da instituição constituiu importante evento na capital do estado tendo sido noticiada por jornais locais. O relato da diretora do grupo dá uma dimensão da importância do acontecimento:

> No dia doze do mesmo mez [julho de 1907] foi, com a solemnidade do estylo, inaugurado pelo Exm. Sr. Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly que, depois de expor os motivos que o levaram a creação deste Grupo e a esperança que tinha de ver surgirem delle os melhores resultados, me deu posse na directoria. Achavam-se presentes os mais distinctos funccionarios publicos, muitas pessoas gradas, as matriculandas e minhas auxiliares, as professoras publicas D. D. Margarida de Queiroz, Maria Rodrigues, Candida da Silva Freire, Maria Augusta Amaral e Edith Borges, cujas escolas foram, por designação do Governo, concentradas no Grupo.
> No dia quinze (segunda-feira), tres dias depois da inauguração, começaram os trabalhos lectivos, divididos nas cinco classes de que trata o art. 2º do Regimento Supracitado, e por mim distribuídas ás professoras da maneira seguinte:
> 1ª. Classe a D. Edith Borges
> 2ª. “ “ “ Maria Augusta Amaral
> 3ª. “ “ “ Candida da Silva Freire
> 4ª. “ “ “ Maria Rodrigues
> 5ª. “ “ “ Margarida de Queiroz (GRUPO ESCOLAR NOGUEIRA ACCIOLY, Relatório, 1907, p. 1)[2].

[2] Documento anexo ao Relatório da SENIJ de 1908.

Ao que tudo indica, essa euforia logo daria espaço à reclamações. A primeira dificuldade começa com a ausência de um prédio próprio. Assim, o grupo é instalado em uma casa alugada no centro da cidade à rua Barão do Rio Branco nº 142. (PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR, Relatório, 1913, p. 219)[3]. Uma ideia das limitações desse edifício é dada pela então diretora do Grupo que, utilizando-se de metáforas compara-o a uma vestimenta de qualidade, mas desconfortável.

> [...] a exiguidade do predio que faz lembrar um vestido de boa fazenda, bem acabado, elegante, mas de proporções insufficientes, de modo que não pode ter plena liberdade de movimentos quem o traz. As salas são em geral pequenas, escuras e pouco ventiladas; duas das quaes não admittem mais de 36 alumnas, contribuindo para isso os bancos que têm o inconveniente de occupar muito mais espaço do que seria necessario (GRUPO ESCOLAR NOGUEIRA ACCIOLY, Relatório, 1907, p. 5).

Segundo Oliveira (2008, p. 72) com o surgimento dos grupos escolares no início da República há "[...] o gradual desaparecimento das aulas isoladas". É verdade que um dos objetivos da criação dessa instituição é a extinção destas escolas. Mas essa é apenas a promessa do Poder Público que não pode ser confundida com o que aconteceu de fato.

A instituição dos grupos escolares enquanto idéia foi uma iniciativa louvável. Na prática, todavia, não apagaria do cenário cearense do início do século XX as escolas isoladas. Indiscutivelmente sua implantação representa um significativo ganho em termos pedagógicos, porém, a iniciativa mostrou-se um empreendimento para além das divisas econômicas do estado. Desta forma as "classes isoladas[i]" se manteriam inalteradas, constituindo-se como ícone da educação no início do século XX no Ceará.

No final da década de 1910, momento em que muito se ventilava a idéia de uma reformulação geral no campo educacional o ensino primário continuava a ser ofertado nos poucos grupos escolares e nas escolas isoladas de primeira, segunda, terceira e quarta categorias. (CEARÁ. Relatório do Secretário dos Negócios do Interior, 1918, p. 7). Há nesse

---

[3] Documento anexo ao Relatório da SENIJ de 1913.

período um crescimento significativo do numero dessas escolas em descompasso com a estagnação dos grupos escolares que por sua vez apresentam "[...] diminuta frequencia, não só devido á circumstancia de se acharem rodeados d'essas pequenas escolas de arraial, não sei também si pela falta de capacidade profissional de seu pessôal docente [...]" (CEARÁ. Relatório do Secretário dos Negócios do Interior, 1918, p. 7). Para visualizar melhor esse contexto basta observar a tabela 02, que apresenta o resumo dos tipos e localização das escolas primárias no final da década de 1910.

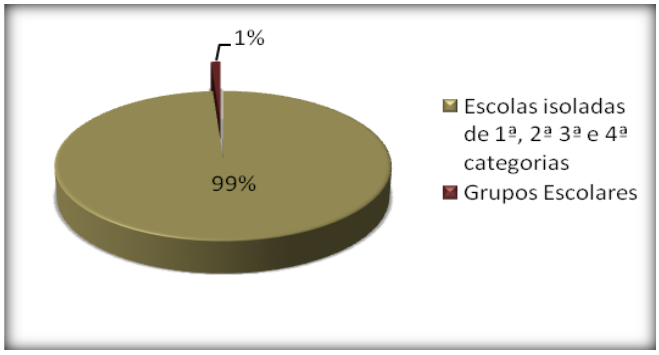
Tabela 2- Escolas Primárias Cearenses – tipologia e localização (1918)

TIPO	*LOCALIZAÇÃO*	*NÚMERO*
Escolas de 1ª categoria	*Capital*	*5*
Escolas de 2ª categoria	*Cidades do interior*	*82*
Escolas de 3ª categoria	*Vilas*	*88*
Escolas de 4ª categoria	*Povoações*	*230*
Escolas de 4ª categoria	*Capital*	*59*
Grupos Escolares	*Capital*	*4*
Grupos Escolares	*Cidade de Maranguape*	*1*
TOTAL		***469***

Fonte: Ceará. Relatório do secretário dos negócios do interior, 1918, p. 28
Elaboração das autoras

A tabela mostra que o espaço ocupado pelos Grupos Escolares é ainda muito restrito, tanto no aspecto geográfico, já que à exceção da capital a única cidade que possui essa instituição é Maranguape, quanto em termos percentuais como mostra o gráfico 01.

Gráfico 01- Ensino Primário - composição da malha escolar cearense em 1918



Fonte: Ceará. Relatório do secretário dos negócios do interior
Elaboração das autoras

O gráfico ilustra bem o panorama do ensino primário no final da década de 1910. O percentual de 1% (um por cento) representado pelos grupos escolares é insignificante. Isso ratifica a afirmação anterior de que os grupos escolares não teriam conseguido suplantar as escolas isoladas.

Em 1920 o número de grupos se eleva a 10 (dez), sendo um em Maranguape e 9 (nove) localizados na capital, incluindo o Grupo Modelo (CEARÁ. Relatório do Secretário dos Negócios do Interior, 1920). Ainda assim, é um número muito baixo, o que permite que se faça a afirmação de que, ao menos nesse período, os grupos escolares não passaram de uma boa idéia, porém, sem reflexos consideráveis na organização do ensino cearense.

No contexto geral os grupos escolares pouco contribuem para a melhoria do ensino primário visto que abarcam um restrito número de pessoas. Isso, porém, não lhes tira o mérito. Sem dúvida, se analisado isoladamente percebe-se certo avanço em termos pedagógicos. Trata-se de uma instituição que prima pelo aspecto qualitativo em detrimento do quantitativo. Por um lado isso favorece um grande ganho, em termos de aprendizagem, para a pequena parcela de privilegiados que lhes tem acesso no período. Por outro, desperta incômodo naqueles que não lhes tem acesso.

Reflexões sobre os achados da pesquisa

Concluímos esse texto com a certeza de que coisas importantes foram ditas, mas, sem a dúvida de que muitas outras, tão relevantes quanto, não puderam ser discutidas por consequência dos limites de tempo e espaço. Neste estudo, fizemos um mergulho no contexto histórico da educação cearense no início do século XX, o que nos permitiu apreender alguns de seus matizes. Buscamos compreender a organização do ensino primários nesse período, com base na legislação e em documentos governamentais e escolares da época. A partir da análise das fontes foi possível traçar um desenho da organização educacional cearense no período identificando seus principais avanços e pontos de entrave. Tendo a certeza de que nenhuma verdade é por si absoluta, buscamos, nas linhas que se seguem, sistematizar as

principais ideias emergidas desta investigação e tecer algumas considerações sobre o tema pesquisado.

O período se caracteriza pelo forte debate sobre a necessidade de melhor organização do setor educacional, o que desencadeia o surgimento de reformas e de algumas iniciativas que buscam sanar esse problema, a exemplo da criação dos Grupos Escolares. A ideia de um sistema educacional, tal como hoje o concebemos, todavia, é algo impensável para aquele período. Pudemos perceber que não há ainda um sistema de ensino efetivo, planejado e organizado. Isto, entretanto, não significa ausência de organização. A despeito da improvisação, elemento constante no ensino e no magistério, a educação possui uma organização que é própria do período e em consonância com aquele momento histórico.

Não existe um órgão público dedicado especificamente à Instrução Pública. Somente ao final da segunda década do século XX é criada a Inspetoria Geral da Instrução Pública com o objetivo de concentrar as demandas do ensino. Até o início da década de 20, todavia, esta não havia entrado em funcionamento. As questões relativas ao ensino são tratadas pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, que a partir da segunda década do século acumula também as demandas do setor judiciário, passando a denominar-se Secretaria de estado dos Negócios do Interior e da Justiça.

A lógica organizacional do ensino se pauta pela seguinte hierarquia: presidente do estado; secretário dos negócios do interior; inspectores escolares; e, conselhos escolares (CEARÁ, Regulamento, 1905, art. 170). Ao presidente do estado cabe a direção "suprema" da Instrução (ibidem). Essa tarefa é compartilhada com o secretário de estado dos negócios do interior, por ele nomeado. Faz parte das funções do secretário da SENIJ acompanhar o funcionamento e desenvolvimento do ensino; garantir a execução da legislação; resolver questões burocráticas entre outras atribuições. É dele também a responsabilidade de nomeação dos inspetores escolares, sendo um para cada localidade onde haja uma escola pública. Os inspetores acompanham a dinâmica da escola mais de perto. Seu trabalho não está restrito à fiscalização e estabelecimento de punições a professores ou pais quando necessário. É dele a responsabilidade de levantar e solucionar os problemas imediatos da escola bem

como atendê-la naquilo que for necessário ao seu funcionamento. No processo de acompanhamento da escola, o inspetor é auxiliado pelo conselho escolar por ele presidido. O conselho é composto por chefes de família escolhidos por ele na comunidade e nomeados pelo secretário da SENIJ. A função básica dos membros do conselho é auxiliar na fiscalização do ensino. O resultado de toda essa logística é expresso nos diversos relatórios produzidos pelas escolas, inspetores escolares, SENIJ e Governo, que apresenta em sua mensagem anual, entre outros, a síntese das informações referentes ao ensino.

O debate sobre o ensino primário é um dos mais presentes nas fontes analisadas. A frequência com que o assunto é tratado e o destaque que lhe é dado deve-se não apenas ao fato de ser esta uma responsabilidade estadual como também por representar a maior fatia do todo educacional. Em termos de instituições públicas, o estado possui uma de ensino secundário, uma de formação de professores e uma de ensino superior, quando o número de escolas primária varia de 246 em 1901 a 469 em 1918.

Os espaços de difusão do ensino primário são insuficientes e precários. No início do século, este é ministrado nas escolas isoladas de primeira, segunda, terceira e quarta categorias. A organização desse modelo de escola resume-se a um (a) professor (a) e um grupo de alunos de níveis diferentes recebendo instrução em um mesmo espaço físico e em um mesmo horário. As escolas, em via de regra, funcionam na casa do (a) professor (a). Mesmo quando ocupam casas alugadas para esse fim acabam por se tornar, quase sempre, a residência destes.

A partir da segunda metade da década de 1900, começam a ser instituídos os primeiros grupos escolares. Estes trazem a promessa de ampliação da oferta e melhoria da qualidade do ensino primário. A nova forma de organização da escola primária, tem como objetivo a extinção das escolas isoladas, aparelhamento considerado ultrapassado e inadequado ao desenvolvimento da educação. Os Grupos Escolares são organizados em 5 (cinco) classes seriadas, o que representa um avanço para o ensino primário. Outra inovação é a existência de um diretor, figura até então inexistente na escola primária visto que até então, devido à organização unicelular, o próprio professor geria sua escola.

A despeito de constituir uma proposta inovadora e viável, do ponto de vista pedagógico, os grupos escolares esbarram nas limitações financeiras e estruturais do estado, mostrando-se uma política ineficaz face à incapacidade econômica deste naquele momento. Isso impede que o modelo de organização baseado no agrupamento das escolas se desenvolva a contento, de modo que, ao final da década de 10, a presença destes no sistema educacional cearense ainda é bastante tímida. Em 1918, estes ocupam um espaço ainda bastante restrito no quadro geral, tanto em relação ao aspecto geográfico – já que, à exceção da capital, a única cidade que possui essa instituição é Maranguape – quanto em termos percentuais. Em 1920, correspondem a pouco mais de um por cento das escolas públicas primárias do estado.

As escolas isoladas são alvo de críticas severas devido suas condições inadequadas de funcionamento: falta de estrutura física e material, dificuldade de fiscalização, entre outros problemas. As principais reclamações recaem sobre as escolas de quarta categoria, também chamadas de escolas de arraiais. Estas, legalmente, deveriam estar situadas apenas em pequenos povoados, todavia, sua presença se faz notar em cidades maiores e até na capital do estado atraindo para si críticas ainda mais contundentes do que as que costumeiramente são feitas às escolas isoladas em geral. A despeito disso a estrutura organizacional das escolas isoladas, inclusive as de quarta categoria, pouco é alterada com as reiteradas "campanhas" que pedem sua extinção. Estas cruzam as duas primeiras décadas do século XX como as instituições mais representativas do ensino primário no estado.

De maneira geral, são essas as feições da organização do ensino e do magistério primário cearenses no início do século XX. A realização desse trabalho nos permitiu mais que aprender lições valorosas sobre esse período histórico. Nos fez refletir sobre a educação e a docência na contemporaneidade e sobre o salto que se deu em termos organizacionais em menos de cem anos.

Encaminhamo-nos para a conclusão dessa discussão, através da qual buscamos explorar e pôr em evidência um aspecto do ensino um tanto quanto negligenciado pela historiografia da educação: a organização, questão que merecia já ter sido superada dada sua riqueza e importância para o debate histórico-educacional. Encerramos, portanto, com a

expectativa de ter contribuído para a compreensão da organização do ensino e do magistério públicos primários no início do século XX, bem como para a constituição do campo de pesquisa acerca da História da educação cearense.

REFERÊNCIAS

BENCOSTTA, M. L. A. *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar.* São Paulo: Cortez, 2005.

CARNEIRO LEÃO. *Problemas de educação.* Rio de Janeiro: A. J. de Castilho editor, 1919.

CEARÁ. *Regulamento (1881).* Regulamento Organico da Instrucção Publica e Particular da Provincia do Ceará. Fortaleza, 10 de julho de 1881.

_____.*Regulamento da Instrução Primária do Estado do Ceará.* Fortaleza, 1905.

_____.*Relatório do Secretário dos Negócios do Interior e Justiça*. Fortaleza, 1918.

DEL PRIORE, M. *História das crianças no Brasil.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

GRUPO ESCOLAR NOGUEIRA ACCIOLY. Diretora (Anna Facó). *Relatório.* Fortaleza, 21 de dezembro de 1907.

NAGLE, J. *Educação e Sociedade na Primeira República.* Rio de Janeiro: DP&A, 2001

OLIVEIRA, J. H. T. de. *Escola normal do Ceará: o ensino ativo e a arquitetura do palacete da Praça Figueira de Melo* (1922-1934). Dissertação de Mestrado, Fortaleza: UECE, 2008.

OLIVEIRA, R. T. C. de. *Legislação educacional como fonte da história da educação brasileira.* 2005. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos _frames/artigo_090.html - 2k

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. In: *Cadernos de Pesquisa***,** n. 114, p. 179-195, novembro/ 2001.

PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR. Diretora (Anna Facó). *Relatório***.** Fortaleza, 1913.

SAVIANI, D. O legado educacional do "longo século XX" brasileiro. In. SAVIANI, D. et. al.(Orgs). *O legado educacional do século XX*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 958.

_____. História da escola Pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, J. C. et al (orgs.). *A escola Pública no Brasil: história e historiografia*. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. P. 01-29.

SOUZA, R. F. ***Templos de Civilização:*** *A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910).* São Paulo: UNESP, 1998.

---

[i] Classes isoladas é uma expressão comum na época, usada para fazer referência às escolas isoladas, ou seja, escolas com apenas um professor.